

Augusto Ruschi: Representação da Natureza e Estratégias Conservacionistas na Esfera Pública Capixaba (1930-1970)

ALYNE DOS SANTOS GONÇALVES*

Pelo menos desde as primeiras décadas do século XX, ser um profissional de história significa refletir sobre o que é possível saber acerca do passado, isto é, o quanto se pode tecer afirmações confiáveis sobre os eventos e processos ocorridos ao longo do tempo. Neste debate, há quem afirme que a história não é uma ciência e não possui instrumentos (métodos) para conhecer objetivamente as realidades do passado que, em última instância, poderiam ser consideradas *narrativas* construídas arbitrariamente sobre pessoas e eventos desde um ponto de vista subjetivo¹.

Mais recentemente, nas décadas de 1970 e 1980, houve esforços importantes de renovação epistemológica do campo historiográfico. A partir das duras críticas feitas, nas décadas anteriores, à chamada história política tradicional, os historiadores começaram a buscar novas abordagens, objetos e métodos de pesquisa para melhor compreender as motivações socioculturais e políticas que explicassem os comportamentos de indivíduos e grupos sociais². Neste contexto, houve a apropriação de diversos métodos e conceitos de outras ciências sociais, entre os quais o conceito de *representação* ganhou grande destaque entre os adeptos da chamada Nova História Cultural (CARDOSO, 2011).

Neste campo de estudos o principal expoente é, sem dúvida, Roger Chartier, para quem as representações do mundo social são “[...] esquemas intelectuais incorporados que *criam* as figuras às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1990: 17, grifo meu). *Grosso modo*, um dos resultados possíveis a partir dessa abordagem é considerar as construções mentais como estruturadoras da realidade, diminuindo ou, no limite, ignorando a existência de um mundo exterior e autônomo em relação ao sujeito.

* Doutoranda em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Bolsista da CAPES.

¹ Para Paul Veyne (1998), a história seria um *romance real*, cuja narrativa, para além de todos os documentos (vestígios) nos quais se baseia, nunca é uma *mimesis* do passado, mas tão somente uma *trama*, um recorte ou seleção de acontecimentos que o historiador, a partir de suas preferências pessoais, transforma em *eventos* dignos do interesse profissional.

² Um dos pressupostos da chamada Escola dos *Annales*, no sentido de superar o caráter factual e subjetivista da história política dita tradicional, presa a um relato linear de acontecimentos ligados ao poder de Estado, é o de compreender aquilo que não é manifesto, as estruturas sociais, as quais seriam capazes de explicar os comportamentos individuais e coletivos ao longo do tempo e, por outro lado, conferir uma dimensão científica às discussões do historiador (cf. RÉMOND, 2003; FERREIRA, 1992).

Segundo Ciro Cardoso (2000), a postura metodológica adotada por Chartier em um texto de 1985 era mais explícita naquele sentido. Ao tratar sobre as mútuas atribuições entre as esferas da cultura e do social, o historiador francês teria argumentado que “a relação assim estabelecida não é de dependência das estruturas mentais para com suas determinações sociais. As próprias representações do mundo social é que são os elementos constitutivos da realidade social” (*apud* CARDOSO, 2000: 03). Por outro lado, em um trabalho de 1993, Chartier parece suavizar o tom, argumentando que as construções discursivas remetem “às posições e às propriedades sociais objetivas, exteriores aos discursos, que caracterizam os diferentes grupos, comunidades ou classes que constituem o mundo social” (*apud* CARDOSO, 2000: 08).

Para Cardoso (2000, 2012), uma contribuição metodológica pertinente, no sentido de evitar esse tipo de ambigüidade e de buscar um equilíbrio entre as mútuas determinações e tensões entre construções mentais e mundo objetivo, é a abordagem da psicologia social sobre o conceito de *representações sociais*. Seu principal expoente, o psicólogo social francês Serge Moscovici, em obra pioneira de 1961 – *La Psychanalyse: son image et son public* –, partiu da apropriação crítica do conceito de *representações coletivas* de Emile Durkheim, para afirmar que toda representação é coletiva, no sentido de que as categorias básicas do pensamento têm origem na sociedade, “são o produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas no tempo; para fazê-las, uma multidão de espíritos diversos associaram, misturaram, combinaram suas ideias e sentimentos; longas séries de gerações acumularam aqui sua experiência e saber” (MOSCOVICI *apud* SÁ, 1995: 216).

Para os pesquisadores influenciados por Moscovici, Representações Sociais são saberes gerados e partilhados socialmente, que mediatizam a relação entre sujeito e objeto e precedem ou preparam a ação. Não remetem a todo tipo de saber, senão a formas específicas de conhecimento, ligadas a imagens, conceitos e categorias elaborados por indivíduos que pensam a partir do *senso comum*, a fim de possibilitar os processos de *compreensão* do mundo e de *comunicação* no cotidiano das relações sociais. Compartilhados, esses conhecimentos contribuem para a construção de uma realidade comum, mas *sempre a partir de um referente exterior ao sistema mental*. Por isso, devem ser entendidas a partir do seu contexto de produção, isto é, do movimento de apropriação das coisas do mundo (CARDOSO, 2000; SÁ, 1995; FAGUNDES, 2009).

O principal emprego da Teoria das Representações Sociais (TRS) tem sido com vistas a relacionar o saber popular (senso comum) com o conhecimento científico. O ponto de partida de Moscovici foi descobrir qual a origem dos conhecimentos emitidos pelas pessoas no cotidiano, como teriam sido gerados: pela criação individual ou pela interação coletiva? Sua resposta buscou superar esta falsa dicotomia: a origem do pensamento social, isto é, das representações sociais, é *psicossociológica*, ou seja, os conhecimentos são gerados por indivíduos que pensam, mas não o fazem sozinhos. É no momento mesmo em que os indivíduos são pressionados a inferir sua opinião sobre determinados assuntos – seja por sua relevância imediata na vida dos interlocutores, seja por se tratar de um tema socialmente importante, atual –, que esses conhecimentos se manifestam por meio da “arte da conversação”, da comunicação.

O que se vê, assim, em funcionamento é, nos termos de Moscovici (1984a), uma *sociedade pensante*, algo tão distante de uma concepção estritamente sociológica quanto de uma concepção exclusivamente psicológica. A primeira sustentaria, por exemplo, que “os grupos e os indivíduos estão sempre e completamente sob o controle de uma ideologia dominante, que é produzida e imposta por sua classe social, o Estado, a Igreja ou a escola, e que o que eles pensam e dizem apenas reflete tal ideologia”. Uma versão da segunda diria que nossas mentes são “caixas pretas” que simplesmente recebem informações e ideias de fora e processam-nas para transformá-las em julgamentos, opiniões e assim por diante. Na perspectiva psicossociológica de uma sociedade pensante, os indivíduos não são apenas processadores de informações, nem meros “portadores” de ideologias ou crenças coletivas, mas pensadores ativos que, mediante inumeráveis episódios cotidianos de interação social, “produzem e comunicam incessantemente suas próprias representações e soluções específicas para as questões que se colocam a si mesmos” (SÁ, 1995: 27-28).

Segundo Celso Pereira de Sá (1995), os estudos de Moscovici apontaram para a coexistência de dois tipos diferentes de universos de pensamento nas sociedades contemporâneas: os *universos reificados* – bastante circunscritos, nos quais se produzem e circulam as ciências, os saberes técnicos e eruditos, com sua objetividade e rigor metodológico específicos, sua compartimentalização em especialidades e sua estratificação hierárquica – e os *universos consensuais* – relativos às atividades intelectuais de interação social cotidiana pelas quais são produzidas as representações sociais, com suas “teorias” do senso comum, cujos mecanismos de “verificação” não remetem aos requisitos de objetividade próprios do conhecimento científico. Frequentemente, a matéria-prima para a elaboração

cotidiana das representações sociais provém dos universos reificados. A transferência e transformação desses conhecimentos são mediadas pelos “divulgadores científicos de todos os tipos” – cientistas amadores, jornalistas, professores, pessoal de *marketing*, etc. (*Ibidem*: 29).

Entendemos que o conceito de representações sociais, a partir da perspectiva da psicologia social, poderá nos ajudar a compreender dois aspectos do pensamento ecológico e da militância ambiental de Augusto Ruschi: em primeiro lugar, sua condição de “tradutor” dos conhecimentos produzidos pelo “universo reificado” do qual fazia parte (constituído especialmente pelos cientistas do Museu Nacional) para os “leigos” capixabas – tanto políticos, quanto o público em geral –, por meio da imprensa escrita e falada, bem como de palestras e conferências.

Em segundo lugar, o contexto de produção da mensagem conservacionista de Ruschi nos parece ser muito rico para compreendermos as dimensões específicas assumidas por ela no estado do Espírito Santo. Ao absorver, reelaborar e transmitir os conceitos especializados da biologia, Ruschi teve de trabalhá-los a partir de sua própria vivência e de conhecimentos anteriormente adquiridos, de sua concepção particular de mundo, de sua socialização em uma comunidade italiana e religiosa do interior capixaba, de sua convivência com os agricultores e com as matas brasileiras, de seus próprios ideais e concepções políticas, da rede social e política na qual se inseria das mais diferentes formas: como dono de um museu, pesquisador de uma instituição reconhecida internacionalmente, como advogado, empresário, topógrafo, etc.

Dessa maneira, e para nos posicionarmos num debate historiográfico mais amplo, consideramos o conceito de representações sociais tal como acima referido um importante instrumento para pensarmos o quanto o mundo objetivo – natural e social – influencia nossas percepções e como nós, por outro lado, significamos e re-significamos esse mundo ao refletirmos as dinâmicas por ele colocadas, ao comunicarmo-nos e agirmos sobre ele. Nas palavras de Ciro Cardoso (2000: 10):

Em minha opinião, a noção de representação social pode ser útil, operacionalmente, em muitos de seus usos e conceituações. Quando transformada em medida de todas as coisas, porém, evidencia uma das encarnações da forma de idealismo que consiste em acreditar que “criamos” ou “constituímos” o mundo ao nomeá-lo e aplicar-lhe categorias lingüísticas ou processos semióticos de derivação mental. Ora, esta última concepção, por mais difundida que esteja hoje em dia, não goza de consenso. Pessoalmente, pertenço ao grupo daqueles que acham pelo contrário que, ao se

tentar absolutizá-la – ao tomá-la literalmente –, ela entra “em conflito com o fato óbvio de que não criamos mundos, mas sim que estamos em um”. Um mundo físico que indubitavelmente *não* criamos e que nos precede de quatro bilhões e seiscentos milhões de anos aproximadamente, segundo o cálculo mais usual da idade deste planeta. E um mundo social que, além de preceder nossos “textos” sobre ele, longe está de ter o seu conhecimento redutível a mero efeito de construções sógnicas.

Isto posto, entendemos que os conceitos e bandeiras assimilados por Ruschi e traduzidos para a realidade capixaba não significaram uma mera transposição intelectual do conhecimento produzido pela academia para as múltiplas relações que constituíram o contexto socioambiental regional. Havia uma floresta, uma realidade política, uma dinâmica socioeconômica que precediam a Ruschi e com ele interagiram, determinando, em certa medida, a própria maneira como ele absorveu, rearticulou e transmitiu os referidos conceitos e bandeiras.

Este ponto de vista aproxima-nos, assim, da perspectiva da história ambiental, um campo do saber historiográfico desenvolvido a partir da década de 1970 nos Estados Unidos e Europa, ainda no contexto da crítica à história política dita tradicional, em especial em relação ao seu aspecto demasiadamente subjetivo, ou, poderíamos dizer, cartesiano³, pelo qual os processos históricos são preferencialmente ou mesmo exclusivamente abordados a partir do sujeito que pensa. Seu principal objetivo seria “... aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados” (WORSTER, 1991: 199).

[...] quando lidamos com fenômenos tais como as florestas ou o ciclo hidrológico, estamos diante de energias autônomas que não derivam de nós. Essas forças interferem na vida humana, estimulando algumas reações, algumas defesas, algumas ambições. Assim, quando ultrapassamos o mundo auto-refletido da humanidade e chegamos à esfera não-humana, a história ambiental encontra o seu principal tema de estudo (WORSTER, 1991: 201-202).

Em um artigo clássico de 1988, publicado no Brasil em 1991, Donald Worster elaborou uma espécie de programa para as análises em história ambiental, o qual poderia ser dividido – apenas didaticamente, já que qualquer divisão estanque da realidade natural e social é arbitrária – em três níveis: aquele relacionado com a natureza propriamente dita

³ Para uma exposição crítica mais circunstanciada do modelo cartesiano de concepção do mundo, ver Gumbrecht (2010).

(orgânica e inorgânica, incluindo o organismo humano em suas interações com os ecossistemas); a constituição socioeconômica das sociedades, em suas necessárias relações com os espaços geográficos (cultura material, meios tecnológicos, mercantilização do trabalho, terra e bens naturais, etc.); e as dimensões cognitivas, mentais e culturais da existência humana (cosmologias, ideologias, valores, visões de natureza e significados da vida humana) (PÁDUA, 2010: 95).

O arcabouço teórico-metodológico conformado pelas abordagens acima referidas constitui, pois, a lupa através da qual pretendemos compreender o pensamento ecológico e a militância ambiental do naturalista capixaba Augusto Ruschi (1915-1986) – ou seja, as representações sociais acerca da natureza por ele apropriadas, retrabalhadas e veiculadas no cenário regional, bem como os comportamentos por elas motivados.

Durante os quarenta anos em que atuou como professor titular do Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ) – primeiramente vinculado à Universidade do Brasil e, mais tarde, à Universidade Federal do Rio de Janeiro –, pôde manter seu laboratório de pesquisas na cidade de Santa Teresa, interior do Espírito Santo, onde construiu um museu particular, então designado Museu de Biologia Prof. Mello Leitão. A partir desta instituição, articulou uma rede de relações pessoais e políticas que lhe possibilitaram objetivar algumas de suas pretensões conservacionistas.

Nascido em 12 de dezembro de 1915, na pequena cidade centro-serrana de Santa Teresa – o oitavo dos doze filhos de Giuseppe Ruschi e Maria Roatti Ruschi, um casal de imigrantes italianos –, Augusto cresceu num ambiente de Mata Atlântica ainda bastante preservada nas primeiras décadas do século XX. Ainda muito jovem, em 1934, portanto com 19 anos, voltou-se para o estudo dos beija-flores após descobrir que algumas espécies são responsáveis pela polinização de orquídeas. Com o passar dos anos, tornou-se uma das maiores autoridades mundiais nessas avezinhas, conferindo múltiplas palestras e publicando inúmeros artigos e livros sobre este e outros temas⁴, sendo o *Boletim do Museu de Biologia Prof. Mello Leitão* o principal canal de veiculação de seus trabalhos.

Sua primeira formação foi em Engenharia Agrônômica, pela Escola Superior de Agricultura, Veterinária e Química Industrial de Campos/RJ, mas logo aproximou-se da biologia. Em 1939, ingressou no MNRJ como Professor Titular de Botânica, por indicação do

⁴ Há uma extensa bibliografia produzida por Ruschi sobre orquídeas, morcegos, eucalipto, café, agricultura, uso de inseticidas, poluição, grupos indígenas, reservas florestais e fitogeografia do estado do Espírito Santo. Para um levantamento bibliográfico de sua produção, ver Formigni e Silva (2013).

renomado zoólogo Candido Firmino de Mello Leitão. Dez anos mais tarde, em 26 de junho de 1949, fundou o Museu de Biologia Professor Mello Leitão – assim nomeado em homenagem ao mestre e amigo falecido em 1948 –, “com a finalidade de desenvolver pesquisas científico-biológicas, particularmente na região do Estado do Espírito Santo” (RUSCHI, 1979: 22).

Politicamente, Augusto Ruschi teve uma atuação bastante incisiva e sistemática de proteção à natureza, sobretudo com relação ao bioma Mata Atlântica, tanto na esfera governamental quanto a partir de instituições civis organizadas⁵. Na base de sua militância ambiental, é possível encontrar evidências da adesão ao discurso de proteção à natureza desenvolvido pelos cientistas do MNRJ, o qual teve influência capital sobre suas movimentações nesse campo.

Após ter eu ingressado no Museu Nacional, em julho de 1939, animou-me o espírito de algo fazer em favor do patrimônio natural do meu Estado Natal. Assim, dei início a uma série de palestras sobre a natureza espíritosantense e os deveres de cada cidadão em relação ao que via e sentia, pois, com o tombar das grandes florestas virgens [...] pelo fogo que tudo devorava, para deixar em silêncio o local onde me havia acostumado a ouvir tantas e tantas vezes diferentes, *anunciando uma vida intensa e variada, em equilíbrio biológico*, num complexo dos mais formidáveis que um poeta, um escritor, um romancista, um biólogo ou um simples cidadão do mundo poderia observar extasiado (RUSCHI, 1949a: 01, grifos meus).

Observe-se que sua ação pedagógica no Espírito Santo, direcionada a um público mais amplo que aquele formado por seus alunos do MNRJ, esteve orientada por uma determinada representação da natureza, qual seja, um formidável complexo de interações em equilíbrio biológico, ameaçado pelo resultado das intervenções humanas. Tal representação esteve fortemente referenciada na observação cotidiana das práticas agrícolas tradicionais empregadas por pequenos e grandes proprietários, cujos métodos eram reproduzidos ao longo de gerações, com a derrubada das matas primitivas e a utilização do fogo. Estes métodos, que Ruschi chamava de “agricultura empírica”, foram percebidos em seu aspecto mais “bélico”, isto é, o de uma guerra travada pelo homem contra a natureza, o que provavelmente fez com que Ruschi lutasse toda sua vida pela constituição de reservas florestais e biológicas de

⁵ Na década de 1950, foi vice presidente do Conselho Florestal do Espírito Santo e fundou a Sociedade Brasileira de Proteção à Natureza (SBPN). Nos anos 1960, foi Delegado do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, no Estado do Espírito Santo, e Presidente do Conselho Internacional de Proteção aos Pássaros – Seção do Brasil. Na década seguinte, atuou como membro do Conselho Estadual de Cultura, Academia Espírito-Santense de Letras, Centro Espíritosantense para Conservação da Natureza (CECON), Conselho de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo (CODES), Conselho de Valorização de Parques, entre outros. Cf. Gonçalves e Furtado (2015).

proteção integral da vida selvagem, de modo a protegê-la de qualquer tipo de interferência humana.

Eis um panorama que se ia e inda agora se vai alastrando, de vizinho a vizinho, como se todos estivessem empenhados em fazer no mais breve tempo possível um ambiente pré-desértico, embora todos me respondessem que sua luta era hostil, contra um ambiente tão agreste e voraz, que lhes obrigavam a tanto, para não serem vencidos pelos problemas de insalubridade da região em que trabalhavam, para que pudessem vencer e dar melhores condições de vida aos seus descendentes.

Após a devastação completa desse ambiente natural e de toda sua fauna e flora silvestre, então a queimada vinha a completar-lhe o desiderato, ver tudo incinerado pelo fogo e assim podia observar que aos milhares, baixavam os gaviões em busca de animais mortos pelo fogo, numa revoada que se repetia em muitos lugares [...] e ainda sobre a cinza quente, proceder ao plantio das lavouras. De início as chamadas lavouras brancas, ou seja, os cereais e a mandioca, para se seguirem ao plantio dos cafezais, canaviais e principalmente das extensas pastagens (RUSCHI, 1949a: 01-02).

À percepção da natureza como vítima da ação destruidora do homem, acrescente-se um olhar idealizado sobre a mesma, com elementos da religiosidade cristã da qual Ruschi, membro de uma comunidade de imigrantes italianos profundamente católica, tendo estudado em instituições católicas e sido amigo de longa data de dirigentes religiosos, era adepto fervoroso⁶.

A natureza saberá revidar a esse massacre sofrido, pois ao desequilíbrio biológico provocado em seu meio, onde também vive o homem, naturalmente que ele como o mais hábil, o mais adaptado às modificações do ambiente, também para ele os problemas surgirão um após outro [...]. *Espero ser uma das testemunhas desse julgamento*, para dizer que assisti de início ao fim o ocorrido, e deixei a minha advertência pronunciada em muitas oportunidades que se me apresentaram, de público, sem que jamais tivesse ouvido nada além das palmas dos auditórios (RUSCHI, 1949a: 02-03. Destaques meus).

Assim [quando a proteção e conservação da natureza forem interiorizadas pelo homem], cada cidadão terá o sentido estético, cultural ou científico que os Parques..., Reservas... com todas as suas belezas e valores representam, como *santuários da natureza*, em benefício da humanidade. A natureza jamais poderá ser

⁶ Ruschi era muito ligado, desde os primeiros tempos de escola, no antigo Seminário dos Capuchinhos, em Santa Teresa, aos líderes religiosos do local, em especial ao Frei Jacintho de Palazzolo (CRUZ, MELLO, ALVES, 2012). Era devoto de São Francisco de Assis e participava ativamente dos eventos religiosos da comunidade (cf. BR.ES.INMA.AR.EVE.33 e BR.ES.INMA.AR.FOR.STS.35, in: Gonçalves e Furtado, 2015).

considerada unicamente como fonte de produção material imediata. Sua proteção e conservação são *deveres sagrados* que o homem tem para com ela, em seu próprio e único benefício (RUSCHI, 1952: 7. Destaques meus).

A abordagem, digamos, mais espiritualizada da natureza, cuja preservação é justificada por seu valor *intrínseco*, foi sistematizada no final do século XIX por uma corrente de pensamento chamada *preservacionismo*, para a qual “a felicidade humana não está apenas na acumulação de mercadorias, mas também nas alegrias estéticas e no ressurgimento espiritual que traz uma relação mais direta com a natureza” (ALPHANDÉRY; BITOUN; DUPONT *apud* FRANCO; DRUMMOND, 2009: 46).

Na América do Norte, tal concepção contribuiu para o desenvolvimento do conceito de parques nacionais – áreas de grande beleza natural em estado “selvagem”, que não poderiam ser ocupadas, colonizadas ou vendidas, mas sim, destinadas ao desfrute da população. Seus idealizadores – George Catlin, Henry David Thoreau e George Perkins Marsh – valorizavam “a natureza com base na noção de que os seres humanos faziam parte dela e também pelo prazer da contemplação estética”, mas, paradoxalmente, preconizavam a exclusão do homem das áreas consideradas “virgens” como alternativa para a proteção da natureza (FRANCO; DRUMMOND, 2009: 47).

A criação de parques nacionais e reservas de proteção integral foi uma bandeira bastante importante para Augusto Ruschi, que, assim, identificou-se com a luta de Alberto José Sampaio, Mello Leitão, Frederico Carlos Hoehne, Álvaro Aguirre e outros cientistas contemporâneos seus. Em muitos de seus escritos, podemos encontrar menções sobre a necessidade da criação de reservas biológicas pelo poder público, em geral, justificadas por sua utilidade econômica e científica, mas também devido ao ser valor intrínseco, conforme lemos a seguir:

O valor estético de um Parque Nacional, ou de um Monumento Paisagístico, influi não só aos poetas e artistas, mas sobretudo eles representam uma riqueza patrimonial, que deve ser gozada por todas as pessoas que por ali transitarem. Esses locais operam benefícios à vida e à mente das pessoas que ali se deleitam por algumas horas ou dias: fazendo um efeito de cura aos homens que labutam intensamente durante todo o ano, nas cidades onde o ar está viciado [...].

Assim também as Reservas Integrais e Estações Biológicas realizam o seu efeito cultural e científico, porque ali estão todos os elementos de que a natureza dispõe para que possam ser estudados em seus mais diversos aspectos biológicos,

ecológicos, porque o equilíbrio ainda não foi alterado e a vida está completa. (RUSCHI, 1952: 6).

Por outro lado, é possível mapear nos escritos de Ruschi o predomínio da perspectiva *conservacionista* em relação à natureza. Tal perspectiva, desenvolvida nos Estados Unidos da América no final do XIX em contraposição ao preservacionismo, ganhou corpo a partir dos estudos de Gifford Pinchot (1865-1946), os quais enfatizavam a possibilidade de aproveitamento racional dos recursos naturais, aproximando-se, assim, da tradição alemã de manejo florestal e das políticas de reflorestamento. O principal traço distintivo do conservacionismo era, pois, uma visão mais pragmática e instrumental da natureza, na qual o mais importante era o uso prudente dos recursos naturais, evitando o desperdício e garantindo seu uso para as gerações presente e futura (FRANCO, DRUMMOND, 2009, 2012).

A percepção de que a natureza é fonte não apenas de prazer estético e bem-estar espiritual, mas, sobretudo, elemento fundamental para o progresso da nação pode ser encontrada no Brasil desde o século XIX, nos escritos de pensadores como José Bonifácio de Andrada e Silva e Joaquim Nabuco, para os quais os recursos naturais “constituíam o grande trunfo para o progresso do país, devendo ser utilizados de forma inteligente e cuidadosa” (PÁDUA, 2004: 12).

Nas primeiras décadas do século XX, os cientistas do Museu Nacional deram continuidade a esta perspectiva, com destaque para a produção e atuação do renomado botânico e diretor do MNRJ, Alberto José de Sampaio (1881-1946), para quem o uso racional da natureza deveria ser pensado em termos de modernização e desenvolvimento da nação brasileira (CAPANEMA, 2006: 51).

Augusto Ruschi, que citava em suas palestras o professor Sampaio⁷ como exemplo de contribuição para o conservacionismo, também defendeu a perspectiva instrumental da relação do homem com a natureza, na qual enfatiza o uso racional dos recursos naturais, em termos de garantia de sobrevivência para as próximas gerações.

Não somos em absoluto daqueles que consideram crime irremediável para o erário público ou ainda para as ciências naturais, cortar uma árvore ou destruir um campo natural. Estas coisas tornam-se necessárias para a expansão da agricultura [...]. Somos daqueles que recomendam e pedem a conservação do essencial para a

⁷ Cf. documentos BR.ES.INMA.AR.BOT.PES.BFLO.02, BR.ES.INMA.AR.EVE.01, BR.ES.INMA.AR.EVE.06, BR.ES.INMA.AR.EVE.30, BR.ES.INMA.AR.EVE.43, BR.ES.INMA.AR.EVE.65 e BR.ES.INMA.AR.DIR.PES.FLOT.07, In: Gonçalves e Furtado, 2015.

manutenção indefinida da biota e para isto não são necessárias muitas e nem grandes superfícies cobertas de florestas virgens (RUSCHI, 1949b: 03).

A partir dessa leitura, podemos identificar algumas estratégias conservacionistas utilizadas por Ruschi na cena pública capixaba. O contexto político e econômico do Espírito Santo no final dos anos 1940 e 1950 mostrou-se favorável para a concretização do ideal de Ruschi em relação à proteção da natureza capixaba. Já em 1937, na *Mensagem à Assembléia Legislativa*, o interventor João Punaro Bley informava que “em 21 de setembro de 1936, reforçando as medidas necessárias à proteção das florestas fez-se publicar no Diário da Manhã uma comunicação, proibindo o corte de madeiras nas matas do Estado” (BLEY *apud* BORG, ROSA, PACHECO, 1996: 37).

No *Relatório Apresentado ao Exmº Sr. Presidente da República*, de 1943, Punaro Bley enfatiza que sempre dispensou a melhor atenção à defesa do patrimônio florestal do estado e exemplifica-o citando o decreto 6.861, de 09.10.1935, pelo qual criou o Conselho Florestal do Estado do Espírito Santo, bem como o decreto-lei de 30.09.1941, pelo qual criou duas reservas florestais com 100.000.000 m² cada: uma em Linhares (então, distrito de Colatina), outra, a demarcar, à esquerda do braço sul do rio Itaúnas, em Conceição da Barra (BORG, ROSA, PACHECO, 1996: 37).

Nos Relatórios da Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas (SAVOP) de 1943, 1944 e 1946 – anos nos quais o irmão de Augusto Ruschi, Enrico Hildebrando Aurélio Ruschi, era o secretário⁸ –, são informadas as precárias condições de fiscalização florestal, a morosidade do serviço de mediação de terras e a concessão, em 1944, de 2.000 hectares em Aracruz à Companhia Ferro e Aço de Vitória para obtenção de carvão das matas ali existentes, destinado aos altos fornos de fundição do minério (BORG, ROSA, PACHECO, 1996: 37). Tais informações denotam a preocupação do poder público com a administração das florestas capixabas.

Num contexto caracterizado por Borgo, Rosa e Pacheco (1996: 38-39) como de iminência de “escassez de madeira” e “extinção das matas”, o tom das mensagens governamentais é alterado: ao invés da tônica sobre o comércio de madeiras, temos a preocupação com a constituição de estoques para o futuro. O governador Carlos Lindenberg

⁸ Enrico Aurélio Ruschi gozava ainda da estima do interventor Jones dos Santos Neves (1943-1945), fato que declarou publicamente ao “agradecer ao distinto amigo e auxiliar (...) a inestimável cooperação de seus esforços para ultimização de tão importante obra”, no discurso de inauguração da pavimentação de concreto armado da ponte sobre o Rio Doce, no município de Colatina, em 26 de setembro de 1943 (ACHIAMÉ; NEVES, 2002: 58).

(1947-1951), em Mensagem à Assembleia Legislativa de 15.03.1949, atribuiu à acentuada invasão clandestina de terrenos devolutos para extração de madeira a falta de fiscalização e considerou auspiciosos os serviços de florestamento e reflorestamento feitos em parceria com particulares e outras entidades públicas.

Assim, em fevereiro de 1948, foi criado o Conselho Florestal do Espírito Santo, cuja vice-presidência fora ocupada por Augusto Ruschi. Nas palavras proferidas durante a primeira reunião do Conselho, em 23 de fevereiro de 1948, Ruschi defendeu a seguinte medida emergencial em relação ao “Problema Florestal espírito-santense”: “sugiro considerarmos todas as terras devolutas cobertas de florestas, imunes de corte e de qualquer exploração, considerando-se Reservas Florestais Estaduais, até que se tenha feito o levantamento fitofisionômico, por parte do Serviço Florestal e demais serviços encarregados para tal fim” (RUSCHI, 1949b: 1-2).

Por meio do Decreto nº 55, de 20 de Setembro de 1948, o governo capixaba estabeleceu as áreas destinadas à constituição de reservas florestais, nos municípios de Conceição da Barra, Barra de São Francisco, Santa Teresa, Castelo, Afonso Cláudio, Iúna e Alegre, as quais foram demarcadas por Augusto Ruschi. Segundo ele, após ter procedido às prospecções botânicas e zoológicas de todo o Espírito Santo – “pioneiras no Brasil” – “... voltei animado, para em palestra com o Prof. Candido Firmino de Mello Leitão [...] fazer-lhe sugestão de irmos juntos ao então Governador do Estado, Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, e pedir-lhe a criação do Conselho Florestal do Estado, em suplementação ao que dispunha o Código Florestal” (RUSCHI, 1949a: 03).

Vemos, assim, que tanto o contexto político local, quanto a inserção direta e indireta de Augusto Ruschi nas redes de poder do estado, se traduziram num cenário favorável para a objetivação da bandeira conservacionista desse cientista. Neste embalo, idealizou em 1951 o programa e conteúdo do primeiro curso de nível médio de Proteção e Conservação da Natureza e dos seus Recursos no Brasil, ministrado em 1959. Em 1954, fundou a Sociedade Brasileira de Proteção à Natureza, para a qual convidou personalidades como do mundo científico e político⁹.

⁹ Entre os nomes de maior expressão nas esferas acadêmica e da administração pública, podemos citar: Wanderbilt Duarte de Barros, Oliverio M. de Oliveira Pinto, Frederico Carlos Hoehne, Carlos Chagas, Jones dos Santos Neves (Governador do Espírito Santo), General Cândido Mariano da Silva Rondon, entre outros. (INMA, *Fundo Augusto Ruschi*, Cartas Recebidas Nacionais – BR.ES.INMA.AR.COR.CRN.143, 144, 152, 156, 163, 167, 169, 180, 191).

Contudo, o final dos anos 1960 e os anos 1970 trouxeram uma nova dinâmica de desenvolvimento para o estado, não apenas desfavorável como antagônica às pretensões do naturalista. Especialmente a partir do Governo Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975), houve no Espírito Santo a implantação de um modelo de desenvolvimento para inserir o estado na dinâmica industrial internacional, libertando-o da histórica dependência em relação à exportação do café. Este projeto coincidiu com o momento de apogeu do chamado “milagre brasileiro” (1969-1973), levado a efeito no plano nacional pelo Regime Militar, e visava “novos saltos qualitativos para a economia capixaba, por meio da implementação de outras atividades dinâmicas¹⁰, alavancadas por investimentos exógenos, fossem eles de capitais nacionais ou estrangeiro” (OLIVEIRA, 2013: 414).

Nos escritos de Ruschi deste período, pode-se observar uma radicalização em seu discurso, provavelmente o resultado de um sentimento de importância frente ao ritmo que assumia a industrialização do estado: “Tudo é possível quando se impõe um progresso feito às cegas, sim às cegas, e como conservacionista que sou, espero o progresso para o Espírito Santo, meu Estado, mas jamais dessa forma” (RUSCHI, 1979: 87).

Em termos de representações, abundam em seus escritos imagens como “desertificação”, “deserto verde” – em referência explícita ao reflorestamento com eucalipto pela Aracruz Celulose S. A. e Docemade (RUSCHI, 1971, 1974, 1976, 1979) – e de “ecocatástrofe” (GONÇALVES; FRUTADO, 2015). Em consonância com isso, as estratégias políticas adotadas pelo naturalista desenvolveram-se em rota de colisão com os governos militares do Espírito Santo, bem como com os interesses empresariais do estado. Em 1971, empenhou-se em denunciar e mobilizar a opinião pública nacional contra a invasão da Reserva Biológica de Comboios, em Linhares/ES, local de desova da Tartaruga de Casco Mole. Em 1977, enfrentou política e judicialmente o Governo de Élcio Álvares para evitar a apropriação da Estação Biológica de Santa Lúcia. Entre 1978 a 1984, mobilizou política e judicialmente a sociedade contra o desmatamento na Fazenda São Joaquim, no norte do Espírito Santo (GONÇALVES; FURTADO, 2015).

Os dados aqui apresentados fazem parte de um mapeamento inicial dos escritos de Augusto Ruschi, os quais começaram a ser lidos à luz das representações sociais absorvidas,

¹⁰ O que se convencionou chamar *Grandes Projetos de Impacto* compreendeu a atração de investimentos de grande porte, que mais tarde se convencionou chamar de (GPs). Tais empreendimentos consistiam em investimentos bilionários para os complexos paraquímico (indústria de celulose), siderúrgico (incluindo usinas de pelotização), portuário (terminal de corredor de transportes para exportação), naval (estaleiros de desmonte e de construção naval) e turístico (investimentos no litoral sul do Estado) (OLIVEIRA, 2013: 415).

reelaboradas e transmitidas pelo naturalista. Os caminhos de pesquisa indicados nesta etapa inicial apontam para a necessidade de ampliarmos nossa compreensão tanto sobre a evolução das relações que envolvem a Mata Atlântica no estado do Espírito Santo, quanto sobre os meandros do contexto sociopolítico local. A maneira como a configuração das forças capixabas ao longo das décadas de 1930-1970 influenciou as representações de natureza de Ruschi e, conseqüentemente, o impeliu a adotar determinadas estratégias de ação política constitui os próximos passos de nossa investigação.

REFERÊNCIAS

- ACHIAMÉ, Fernando; NEVES, Reinaldo Santos (Orgs.). *Jones dos Santos Neves: Com Vistas ao Futuro – Discursos, 1943-1954*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2002.
- BORG, Ivan; ROSA, Léa Brígida Rocha de Alvarenga; PACHECO, Renato José Costa. *Norte do Espírito Santo: Ciclo Madeireiro e Povoamento (1810-1960)*. Vitória: Edufes, 1996.
- CAPANEMA, Carolina Marotta. *A natureza no projeto de construção de um Brasil Moderno e a obra de Alberto José de Sampaio*. Dissertação de Mestrado em História. Belo Horizonte Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFMG 2006.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. O uso, em história, da noção de representações sociais desenvolvida na psicologia social: um recurso metodológico possível. *Psicologia e Saber Social*, 1(1), 40-52, 2012.
- _____. História e poder: uma nova história política? In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2011.
- _____. Introdução: uma opinião sobre as representações sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. *Representações: Contribuição a um debate interdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000, p. 9-39.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural – entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CRUZ, Marcelo; MELLO, Luiz Antônio; ALVES, Rosental Calmon. *Pasquim Informa: Entrevista Augusto Ruschi*. Disponível em <<http://ronaldmansur.blogspot.com.br/search?q=Augusto+Ruschi>>. Acesso em 14 de junho de 2015.
- FAGUNDES, Beatriz. A Teoria das Representações Sociais nos Estudos Ambientais. *RA'E GA*, Curitiba, n. 17, p. 129-137, 2009. Editora UFPR. Disponível em <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/raega/article/download/12003/10671>>. Acesso em 07/04/2015.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. A Nova “Velha História”: o retorno da história política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 265-271.
- FORMIGNI, Mileide de Holanda; SILVA, Hilton P. Conservação Ambiental e Populações Tradicionais: Uma Contribuição à Análise Bibliográfica da Obra de Augusto Ruschi. *Boletim do Museu de Biologia Professor Mello Leitão*. Nova Série, n. 31, Abril de 2013, p. 59-75.
- FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, Anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.
- _____. História Ambiental e a Conservação da Natureza. In: FRANCO, José Luiz de Andrade, SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (Orgs.). *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 333-366.

- GONÇALVES, Alyne dos Santos; FURTADO, Marcello França. *Catálogo do acervo textual de Augusto Ruschi no Instituto Nacional da Mata Atlântica (Museu de Biologia Prof. Mello Leitão)*. Vila Velha: Above publicações, 2015.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de Presença*. Rio de Janeiro: Ed. PUC, 2010.
- INSTITUTO NACIONAL DA MATA ATLÂNTICA. *Fundo Augusto Ruschi*, Cartas Recebidas Nacionais, 1933-1971. Santa Teresa/ES.
- OLIVEIRA, Ueber José de. Regime militar, elites regionais e a confluência de agendas desenvolvimentistas: a ascensão e o Governo de Arthur Carlos Gerhardt Santos, no Espírito Santo (1971-1975). *Revista Dimensões*, vol. 30, 2013, p. 385-421.
- PÁDUA, José Augusto. *Um Sopro de Destruição: Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.
- _____. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, vol. 24, nº 68, São Paulo, 2010, p. 81-101.
- RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.
- RUSCHI, Augusto. *Boletim do Museu de Biologia Prof. Mello Leitão*. Número Comemorativo do XXX Aniversário. Santa Teresa, ES, 26/06/1979.
- _____. 2ª Aula sobre Proteção e Conservação da Natureza e dos seus Recursos. Importância econômica, estética, cultural e científica na proteção e conservação da natureza e dos seus recursos. *Boletim do Museu de Biologia Professor Mello Leitão*, Série Proteção à Natureza, n. 9, 14/01/1952, Santa Teresa-ES.
- _____. As Reservas Florestais e Biológicas do Estado do Espírito Santo e a Proteção à Natureza. Atos oficiais de sua criação. *Boletim do Museu de Biologia Professor Mello Leitão*, Série Proteção à Natureza, n. 1A, 26/06/1949a, Santa Teresa-ES.
- _____. Orientação para Defesa e Desenvolvimento do Patrimônio Florestado do Estado do Espírito Santo. *Boletim do Museu de Biologia Professor Mello Leitão*, Série Proteção à Natureza, n. 1, 26/06/1949b, Santa Teresa-ES.
- _____. O Café e o Estado do Espírito Santo. *Boletim do Museu de Biologia Prof. Mello Leitão*, Série Divulgação, nº 42, 25 de julho de 1974, Santa Teresa-ES.
- _____. O Eucalipto e a Ecologia. *Boletim do Museu de Biologia Prof. Mello Leitão*, Série Divulgação, nº 44, 31 de maio de 1976, Santa Teresa-ES.
- _____. *Uma Política Nacional Contra a Poluição*. Vitória: ADESG-ES, 1971.
- SÁ, Celso Pereira de. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary Jane (Org.). *O Conhecimento no Cotidiano: As Representações Sociais na Perspectiva da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. 4ª edição. Brasília: Ed. UnB, 1998.